

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 032

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE ABRIL DE 1999**

(*segunda-feira*)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Anni-belli e Waldyr Pugliesi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/141 e 142/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

447/98: De autoria do Deputado Anibal Khury que, acresce parágrafo ao art. 1º, da Lei nº 12.322, de 14 de setembro de 1998, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.549. **Anote-se - Arquite-se.**

432/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, obriga as empresas que comercializem Óxido de Cálcio, a fazerem constar nas embalagens destinadas ao varejo, inscrições de advertência e cuidados que o usuário deve ter com o manuseio do produto, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.550. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 259/99, do Senhor Nestor Celso Imthorn Bueno, Chefe de Gabinete da Presidência do BANESTADO, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Nelson Garcia, que pede esclarecimentos sobre "Licitações DIRAD/DIPES/028/98". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 567/99, do Senhor Rafael Dely - Secretário Especial da Política Habitacional, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Ademir Bier, que pede esclarecimentos sobre Taxas Cobradas dos Mutuários do Parque Verde, no Município de Entre Rios do Oeste." **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 691/99, do Senhor José Cid Campêlo Filho, Secretário de Estado do Governo, encaminhando Declarações de Bens de dirigentes da Administração Indireta. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 174/99, do Senhor Valter Aparecido Pegorer, Diretor-Presidente da CODAPAR, encaminhando Prestação de Contas Geral, exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar a família do Senhor João Henrique, falecido no último dia 23 de abril, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Rio Bom, alusivos ao 35º aniversário de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 28 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal Osvaldo Norbiato, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Curitiba, nº 65, CEP: 86.830-000, Município de Rio Bom-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Rio Bom, alusivos ao 35º aniversário de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 28 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Mauro Lucas Clementino, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Curitiba, nº 65, CEP: 86.830-000, Município de Rio Bom-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, alusivos a inauguração do Hospital Veterinário para Animais de Fazenda e Equinos e do Hospital Veterinário para Animais de Companhia, ocorridas no último dia 23 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Magnífico Reitor Clemente Ivo Juliatto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Imaculada Conceição, nº 1155, CEP: 80.215-901, Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos

Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Senhora Idóvelle Massaranduba Ribeiro, alusivos a exposição de suas obras em comemoração ao “Dia do Índio”, que ocorreu no último dia 19 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Treze de Maio, 1188, Apto. 22, Centro, CEP: 80.510-030, Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, a ser realizada na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Dr. Paulo Moreira Borba, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê, nº 356, CEP: 80.210-060, Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Senhor Luiz Carlos M. Barranco, pela posse na Presidência da COCAROL - Cooperativa Agro-Industrial de Produtos de Cana Rondon Ltda.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor Francisco R. da Silva, com votos de congratulações pela passagem do 19º aniversário do Município de Jesuítas-PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No topônimo, o nome da Cidade de Jesuítas é uma homenagem aos padres jesuítas espanhóis, que a partir do final do século XVI, iniciaram épico trabalho

de catequização em mais de cem mil índios, em terras hoje paranaense.

No início da colonização do Oeste do Paraná, toda a região, que vai de Foz do Iguaçu até a fronteira do Estado de Santa Catarina e aos limites do atual Município de Palmas, era sertão pouco conhecido e inexplorado, do qual fazia parte o território que atualmente integra o município de Jesuítas.

O primeiro a colonizar, após a região passar por um longo período de letargia, foi o Senhor Amaro Martins Felício, que construiu a primeira casa nesta localidade. A marcha para o Oeste muito contribuiu para que famílias se estabelecessem e dotassem a região de infra-estrutura necessária, possibilitando que fossem pleiteadas prerrogativas políticas de apoio à comunidade. Estas famílias pioneiras deram estabilidade, social e cultural à Cidade de Jesuítas.

REQUERIMENTO Nº 636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor Antonio Juraski, com votos de congratulações pela passagem do 9º aniversário do Município de Virmond-PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Virmond.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Coronel Frederico Guilherme Virmond chegou em Guarapuava no ano de 1852, vindo da Cidade do Rio de Janeiro, enfrentou dificuldades inerentes aos padrões da época e fundou a Fazenda "Amola Faca", de onde originam-se os fundamentos históricos do Município de Virmond.

Passado alguns anos, o Cônsul Polonês Casemiro Gotuchowski comprou a Fazenda "Amola Faca", com o objetivo de juntar famílias de imigrantes poloneses dispersas pelo Estado e Brasil afora. Sua iniciativa foi coroada de êxito, justificando hoje a maioria da população de Virmond ser de origem eslava. As primeiras levas de imigrantes que chegaram ao Brasil, o fizeram por conta de um acordo internacional, onde o Estado responsabilizava-se por todas as despesas, desde o transporte até a instalação dos mesmos nas terras.

Com o passar do tempo, este acordo foi suspenso, passando a existir a imigração espontânea. Fixaram na região do "Amola Faca", além dos poloneses, também imigrantes ucranianos e alemães.

Em 13 de setembro de 1943, por força do Decreto Federal nº 5.812, sancionado pelo presidente Vargas, foi criado o Território Federal do Iguaçu. A capital da nova unidade passou a ser Laranjeiras do Sul, que nesta época chamava-se Iguaçu e Virmond passou à jurisdição iguaçuense. Em 1946, foi extinto o Território do Iguaçu e a área foi incorporada ao Estado do Paraná.

Assim, parabenizando a comunidade pela passagem desta data importante, estamos na realidade incentivando Virmond a dar continuidade aos relevantes trabalhos prestados.

REQUERIMENTO Nº 637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor José Lineu Gomes, com votos de congratulações pela passagem do 6º aniversário do Município de Nova Laranjeiras-PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Nova Laranjeiras.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A história de Nova Laranjeiras está ligada à criação dos territórios federais no Brasil, sugerida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que em 1933 propôs a criação de dez territórios federais em todo o país, dentre eles, o do Iguaçu, que compreendia porção territorial do Oeste catarinense e Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná.

No lugar denominado Rio das Cobras, próximo à BR-277, Avelino Badotti passou a desenvolver uma Vila, vendendo terras a partir de 1947, às famílias de origem italiana, vindas especialmente da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Neste lugar foram levantadas inúmeras casas e aos poucos toda a infra-estrutura necessária.

A primeira denominação da localidade foi Rio das Cobras, em referência a um riacho que passa próximo da cidade e tem este nome. Diz a tradição popular, que ali era lugar de muitas cobras, que inclusive voavam. Em 1962, foi criado o Distrito Administrativo, com denominação alterada para Vila Nova Laranjeiras. Em 16 de maio de 1990, foi elevado à categoria de Município e com a denominação alterada para Nova Laranjeiras.

A proposição deste parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor Hercílio Orben, com votos de congratulações pela passagem do 16º aniversário do Município de Três Barras do Paraná-PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A primeira povoação do núcleo que originou o atual município de Três Barras do Paraná, teve início numa pequena localidade, no Município de Catanduvas, chamado Encruzo. Denominação proveniente da existência de uma encruzilhada onde se encontravam três pequenos riachos, com uma estrada que passava próximo a casa do único morador da localidade.

A história da povoação de Três Barras está intimamente ligada à de Catanduvas, que teve nas famílias Lacerda, Krammer, Pureza e Rodrigues da Cunha seus pioneiros. A passagem da coluna Prestes pela região causou tremendo mal estar nos moradores da localidade. Neste período, 1924/1925, as forças legalistas lideradas pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, enfrentaram os revoltosos em fraticidas combates.

A partir de 1946, ocorreu forte fluxo migratório para a Região Oeste, notadamente de famílias riograndenses e catarinenses. Isto contribuiu para que os espaços vazios fossem preenchidos e a agricultura fosse desenvolvida, trazendo progresso e estabilidade social e cultural à localidade de Três Barras.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 645

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Arnaldo da Silva Pereira e Terezinha Antonia Pereira, que completou no dia 20/04 próximo passado, 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o

amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 646

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Jatcdak e Estefania Wolf, que completará no dia 26/05 do corrente, 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 647

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade (Rua Lourenço Pinto, 196 - Curitiba) pela comemoração do Dia do Contabilista, em 25/04/99.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 25 de abril de 1999, comemorou-se o Dia do Contabilista. Em nosso Estado, somam-se cerca de 20.000 profissionais desta área e no Brasil já são aproximadamente 300 mil ativos.

Estes profissionais, nem sempre valorizados e geralmente trabalhando no anonimato, são os grandes responsáveis pela organização, registro,

interpretação, enfim o trabalho real com os números que, num país como o nosso, regidos pela economia sempre em crise, são de fundamental importância. São eles que observam de muito perto o crescimento de empresas, variações de mercado, instalações e fechamentos de indústrias - a dança da economia, seus problemas, sua crise, suas nem sempre fáceis soluções.

Aos contabilistas do nosso Estado, ao Conselho Regional de Contabilidade, através de seu Presidente, o Sr. Kenji Iwamoto, os nossos parabéns. Recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 648

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à família Malucelli, pela comemoração de 122 anos da vinda para o Brasil.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 25 de abril de 1999, comemorou-se 122 anos da vinda da família Malucelli para o Brasil. Giovani e Margherita Malucelli chegaram com seus oito filhos ao Paraná em 1877 e foram morar em Alexandra, litoral do nosso Estado. Após o falecimento do marido, Margherita mudou-se para Morretes, na Colônia Nova Itália, em Sítio Grande. Neste local, a matriarca adquiriu um terreno. Os dois filhos mais velhos trabalharam na construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá para ajudar no sustento da mãe e dos demais irmãos, que trabalhavam na agricultura, plantando banana e cana-de-açúcar, além do corte e venda de lenha. Com as economias, conseguiram comprar o Engenho Central de Morretes. Desta forma, a família Malucelli, foi ampliando suas atividades agrícolas, pecuárias e comerciais, sendo hoje exemplo de tradição e trabalho em nosso Estado, pois tornou-se um grupo forte e cada vez mais promissor.

Ainda, possuidora de elevado espírito social, a família Malucelli, através da Fundação Giovani Malucelli está doando um dos casarões antigos da família para a construção de uma escola de ofícios.

Pela importante obra social que estão realizando, pelo exemplo de trabalho que toda a família Malucelli dá ao nosso Estado, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 649

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Congregação Irmãs Paulinas (R. Voluntários da Pátria, 225 - Curitiba), pela comemoração de 50 anos da vinda para o Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 1915, numa pequena cidade italiana, foi fundada pelo sacerdote Tiago Alberione a Pia Sociedade Filhas de São Paulo, conhecida como Irmãs Paulinas, que estão completando 50 anos no Paraná.

Movidas pela necessidade de se ter uma livraria que fosse centro cultural e onde o povo paranaense encontrasse livros, revistas, filmes religiosos e educativos, o Arcebispo Dom Ático Eusébio da Rocha solicitou a fundação de uma livraria em Curitiba, o que ocorreu em 1949, surgindo a Livraria São Paulo, na Rua Riachuelo. Hoje, transferida para a Rua Voluntários da Pátria, Paulinas Livraria ofereceu ao povo paranaense um espaço mais amplo, com auditório e capela. Desde 1956 realizam-se semanas bíblicas e desde 1957 iniciou a atuação das Irmãs Paulinas na Rádio Cambiju de Araucária. Mais tarde, veio a gravação de disco, com uma coleção inicial de 16 LPs.

Hoje, a Congregação das Irmãs Paulinas é um espaço de vanguarda na Igreja; uma congregação de carisma moderno, exigente e desafiador. No Brasil, prestam serviços à Igreja desde 1931, com a comunicação a serviço da vida, por meio de livros, revistas, posteres, cartões, folhetos, cassetes, vídeos, CD-ROM, programas de rádio, televisão, Serviço a Pastoral da Comunicação, eventos culturais e dezenas de outras atividades.

Num mundo globalizado e materializado, onde impera o neoliberalismo, as Irmãs Paulinas sentem-se desafiadas a dar uma resposta profética à realidade atual. Confiantes à graça de Deus e fiéis é missão recebida, acreditam na proposta de seu projeto de vida, desenvolvido dentro do nosso Estado já há 50 anos.

REQUERIMENTO Nº 650

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Clarim Imóveis (R. Mal. Deodoro, 616 - Campo Largo / PR), pela comemoração de 08 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Clarim Imóveis, localizada no Município de Campo Largo, está comemorando seus 08 anos de fundação. Ao longo deste caminho, a determinação,

espírito empreendedor e fé em Deus tornaram realidade o sonho inicial de seu proprietário - Clair de Jesus de Souza.

Ao longo destes 08 anos, muitas foram as conquistas, que estão espalhadas pelo Município de Campo Largo. É a resposta de confiança de clientes, parceiros, fornecedores e daquela população à proposta constante de trabalho da Clarim Imóveis: fazer bem feito. Com esta filosofia, a empresa vem trilhando os difíceis caminhos num país de economia crítica, sempre com a cabeça erguida e a confiança de que o trabalho constante é o caminho das realizações.

À Clarim Imóveis, pela comemoração de seus oito anos de fundação, ao seu proprietário Clair de Jesus de Souza e a toda a sua competente equipe de trabalho, os nossos parabéns - recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 651

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplausos e congratulações ao Sr. Brasil Paraná de Cristo, pela sua reeleição como Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em 11 de abril último, venceu as eleições da ASPP o Senhor Brasil Paraná de Cristo. Reeleito com 70,52% dos votos, através da Chapa Justiça e Trabalho, este incansável trabalhador recebeu a aprovação pelo brilhante trabalho que vem realizando à frente daquela Instituição.

Tendo assumido este cargo há cerca de seis anos, Brasil Paraná de Cristo, trilhou um caminho repleto de realizações. Exemplo disso, são as obras que os associados estão usufruindo, todas de melhor qualidade, espalhadas pela capital, região metropolitana, litoral e também interior do nosso Estado.

Brasil Paraná de Cristo, um lutador, um homem em busca da melhoria da qualidade de vida dos associados da ASPP, dedicando seu tempo à Instituição que abraçou como causa e como meta principal de uma vida trilhada com o sucesso daqueles que não descansam com as conquistas, mas se animam com o poder de possibilitar o futuro melhor aos demais.

A vitória nas urnas, representa a resposta e o reconhecimento de seu trabalho e de sua equipe. Parabéns pela vitória da Chapa "Justiça e Trabalho". Recebam os votos de aplauso e congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Quielse Crisóstomo da Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, para o fim daquele Tribunal, realizar uma auditoria nas contas da Caixa da Assistência dos Servidores Municipais de Cianorte - CAPSECI, principalmente em relação aos depósitos que não estão sendo realizados pela municipalidade, bem como em respeito às negociações de compra e venda de terreno de propriedade do referido Instituto.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Educação solicitando todo apoio necessário e o desenvolvimento de um projeto em caráter de urgência visando dar plenas condições de funcionamento (laboratórios, material didático, profissionais adequados) aos cursos do Instituto Politécnico Estadual de Curitiba que atravessa sérias e graves dificuldades, apesar dos esforços da comunidade local, mormente da Associação de Pais e Mestres, professores e estudantes.

Ademais, solicita a implementação de novos cursos na área tecnológica, conforme indicação da comunidade local em conjunto com o órgão de Educação, bem como os equipamentos e pessoal necessário para o desenvolvimento de ações formativas e educacionais de importância para o Estado do Paraná e da sociedade como um todo.

O Instituto Politécnico Estadual, é escola técnica existente há mais de cinquenta anos no bairro Boqueirão em Curitiba, tendo formado grande número de profissionais e desempenhado papel da maior importância social para os jovens desejosos de formação profissional e que não deveria estar nas atuais condições. Entretanto, lastimando-se o existente, mas voltando-se para novas perspectivas e possibilidades, solicita-se o empenho imediato da Secretaria de Educação na formulação de um plano emergencial de atenção ao Instituto Politécnico Estadual, transformando-o inclusive num Centro Tecnológico Estadual de primeira linha e no interesse dos jovens e das famílias do Paraná e por isso do Estado e do Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO Nº 642

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Senhora Solange Camargo Ferreira Correia, residente à Rua Cesário Kuróski nº 52 - Vila Sandra II - Bairro Campo Comprido, que pede a extensão de entrega de correspondência domiciliar até sua residência, pois os carteiros passam até o nº 42 e não seguem em frente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 965-6979.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 643

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo e urgente no Jardim Cristal - Bairro Guatupê - Município de São José dos Pinhais, devido a ocorrência com muita frequência de assaltos e furtos na população, a qual encontra-se apreensiva e assustada. Nem as crianças e adolescentes estão salvas, pois já ocorreram vários assaltos à mão armada para furtar suas bicicletas. A situação é crítica e a população pede providências urgentes.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 644

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nos horários de entrada e saída dos alunos da Escola Pedro Viriato Parigot de Souza - Bairro Sítio Cercado, tendo em vista que muitos desocupados assaltam constantemente as crianças. A falta de segurança é total e toda a comunidade encontra-se muito insegura e apreensiva.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 40 (quarenta) unidades de Casas Populares no Município de Nova Olimpia, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas têm a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele muni-cípio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Prefeito Municipal (Rua Lucovico Pradela, 265), ao Vereador Anísio Roberto de Campos, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87490-000.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 120 (cento e vinte) unidades de Casas Populares no Município de Jussara, através do Programa "Casa Feliz" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas têm a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele muni-cípio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Cândido de Oliveira, Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28) ao Vereador Valdecir Luiz Colombo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28) CEP: 87.230-000.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 655

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Claudio Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Mariluz.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com

capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Luiz Albino Borghetti, Prefeito Municipal (Av. Marília, 1920) ao Vereador Virgílio José Alves Neto, Presidente da Câmara Municipal (Av. Marília, 1790) CEP: 87.470-000, Mariluz.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Claudio Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Nova Olímpia.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sidney Apolonio, Prefeito Municipal (Rua Lucovico Pradela, 265), ao Vereador Anísio Roberto de Campos, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87.490-000.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja oficiado o Sr. Heinz Herwig, Secretário de Estado dos Transportes e ao Sr. Paulinho Dalmaz, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, solicitando o que segue:

- cópia do Balanço Analítico do ano de 1998 da Empresa Vianorte, Sociedade ligada da Rodonorte - Concessionárias de Rodovias Integradas S/A.

- cópia do contrato do Consórcio da Rodonorte - Concessionárias de Rodovias Integradas S/A com a Empresa Vianorte.

- cópia do Balanço Analítico do ano de 1998 da Rodonorte - Concessionárias de Rodovias Integradas S/A.

O referido pedido justifica-se pela necessidade de informações mais precisas, que venham a complementar o Balanço da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S/A, publicada no "Jornal da Manhã" de Ponta Grossa, do dia 23.04.99, página C-7.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 197/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em Regime de Comodato, à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável dependendo do interesse de ambas as partes, uma área de terras e benfeitorias nela existente, medindo 14816,25m², registrada sob o nº 35840, do Livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - O imóvel que se refere ao art. 1º desta lei, será utilizado para a instalação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(aa) CHICO NOROESTE e
CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A cessão do prédio do antigo Hotel Cassino, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, para a instalação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, é uma antiga reivindicação da população do Município de Foz do Iguaçu que almeja ver o seu legislativo transferido para um local mais digno e condizente com a realidade do Polo Turístico de renome nacional e internacional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 198/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Lions Clube de Curitiba, Centro, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Lions Clube Curitiba, Centro, entidade fundada em 1º de outubro de 1986, sem fins lucrativos, vem desenvolvendo um trabalho direcionado ao bem estar das pessoas mais carentes, sem recursos de nossa cidade, principalmente dos bairros e da região metropolitana, onde é maior a carência.

A Diretoria atual, juntamente com os demais colaboradores vem, com promoções e eventos arrecadando fundos para a campanha do agasalho, que nesta época do ano é o carro forte nos programas desenvolvidos por esta entidade, procurando assim, amenizar os sofrimentos das famílias de nossa cidade.

PROJETO DE LEI Nº 199/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Assistência à Criança Excepcional Carente - ABACEC, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Assistência a Criança Excepcional Carente, ABACEC, é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 29.10.1996, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba/PR, à rua Schiller, nº 1512, Bairro Alto da XV.

Seus fins são filantrópicos, culturais, religiosa, recreativa, e de assistência social e atende pessoas necessitadas independentemente de credo

religioso, político ou nacionalidade. Está cadastrada junto ao Ministério da Fazenda com a inscrição no CGC nº 01.584.115/001-33.

Sua diretoria não recebe qualquer remuneração, ou bonificação e está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba (ata da eleição e atestado de funcionamento anexos).

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela lei nº 9439, de 08.12.98.

Em anexo, relatório das atividades desenvolvidas e atendimentos prestados a partir de 29.10.96 até abril de 1999.

PROJETO DE LEI Nº 200/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, através da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família o Projeto "Casa Abrigo", destinado a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos de qualquer natureza.

Art. 2º - Na implantação do Projeto "Casa Abrigo" será garantida a infra-estrutura necessária para acolher também os filhos menores de 14 (quatorze) anos.

Art. 3º - O projeto será instalado prioritariamente em cada cidade pólo das regiões administrativas do Estado.

Art. 4º - A instalação das "Casas Abrigos" em número mínimo que atenda o disposto no Art. 3º se dará no prazo de 01 (um) ano, a contar da data da publicação da lei.

Parágrafo Único - Os recursos para implantação do Projeto Casa Abrigo serão assegurados no Orçamento para o exercício do ano 2000.

Art. 5º - As mulheres acolhidas no Projeto "Casa Abrigo" deverão receber assistência jurídica e psico-social, que possibilitem a sua reintegração à sociedade num prazo de no máximo 90 (noventa) dias após o seu ingresso.

§ 1º - O prazo de permanência na Casa Abrigo poderá ser ampliado de acordo com a necessidade de cada caso.

§ 2º - As mulheres abrigadas em segurança e assistidas, deverão ter a responsabilidade da ordem e do zelo pela Casa, da higiene de suas roupas e pertences e alimentação.

Art. 6º - Ficará o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com projetos correlatos a nível municipal e federal.

Art. 7º - O projeto de que se trata esta lei, poderá contar com, além de outros definidos em sua regulamentação, as seguintes parcerias e serviços:

- a) Prefeituras Municipais:
 - Doação de terreno;
 - Recursos humanos.
- b) Secretaria de Estado da Segurança Pública:
 - Garantia de segurança;
 - Triagem e acompanhamento através da Delegacia da Mulher.
- c) Secretaria de Estado da Saúde:
 - Acompanhamento médico.
- d) Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania:
 - Assistência jurídica gratuita.
- e) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho:
 - Oferta de empregos.

Parágrafo Único - Os "Movimentos da Mulher" poderão prestar serviços ao projeto, através de voluntárias, para proporcionar assistência social; dar apoio para colocação no mercado de trabalho e apoio para locação de imóveis.

Art. 8º - O Projeto "Casa Abrigo" deverá ser administrado por um Conselho Diretivo Estadual composto por membros dos Órgãos envolvidos por parceria, ou por delegação da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta proposição no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação da lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O crime da violência contra a mulher transcende a todas as raças, culturas e classes sociais. Até as crianças que vivem em ambientes violentos sofrem sérias conseqüências do ponto de vista físico e/ou emocional. Ao presenciarem a violência, correm o risco de passar a considerá-la um comportamento "normal" perpetuando-se entre gerações a reprodução dos elementos sociais, econômicos e ideológicos dessa situação.

A violência contra a mulher é um crime e um problema social e não uma questão privada. Desta forma, compete à União, ao Estado, ao município e

à sociedade a divisão de responsabilidades no tocante à eliminação desses problemas.

Os números são aterradores. Na América Latina, 33% das mulheres entre os 16 e os 49 anos de idade, sofrem algum tipo de abuso sexual. Praticamente a metade delas (45%) passa por situações de agressão, ameaças, insultos e danos a bens pessoais. São dados divulgados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para a América Latina, em sessão de 08 de março passado, dedicada ao Dia Internacional da Mulher.

Triste continente o nosso, em que a violência de gênero ganha proporções de fenômeno endêmico. Triste país o nosso, pois, embora não tenhamos estatísticas precisas de âmbito nacional, os registros de ocorrências policiais nos levam a deduzir que a situação das mulheres no Brasil é pelo menos igual a do resto do continente.

É contra o pano de fundo dessa vergonha que devemos medir a enorme distância entre a realidade que vivemos e os nobres propósitos da Constituição de 1988, que estabeleceu expressamente a igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações, e atribuiu ao Estado o dever de criar mecanismos para coibir a violência.

Diante do exposto, e dos objetivos e metas da presente proposição, que se destinará a abrigar mulheres vítimas de violência, visando à preservação da integridade física da mulher e de seus filhos menores, que não dispõem de outros locais onde possam se refugiar na sua busca por proteção, a sociedade precisa reagir e as autoridades têm de agir. Não podemos capitular no campo da ordem e do respeito humano, nem mesmo em nome da crise econômica que abate o país.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciemos várias vezes da tribuna desta Casa o superfaturamento absurdo na realização das obras das rodovias paranaenses privatizadas, concedida durante 24 anos para seis consórcios. Toda a denúncia se baseou em documentos oficiais com o timbre do DER, que recebemos o ano passado das mãos do Líder do Governo desta Casa.

Inicialmente, as praças de pedágio no Lote 05, cada uma, são sete, custam segundo a proposta comercial da empresa ganhadora da concorrência, quatro milhões de reais cada uma. Basta olhar para a praça do pedágio, qualquer leigo, não precisa ser engenheiro, sabe que isso é uma coisa ridícula e absurda. Só se os computadores daquela praça fossem de ouro. Mas agora estamos sabendo

também que não se trata do valor da praça integralmente, apenas das obras civis da praça, esses quatro milhões. Sete praças, 28 milhões de reais no Lote 05.

Fizemos também uma comparação entre os custos unitários da proposta comercial da empresa com os custos unitários da tabela do DER, base de cálculo semelhante 01/97 para as duas propostas, verificamos o superfaturamento da proposta comercial em relação a tabela do DER de até 300% de alguns itens. Como é o caso da Rossada, que na tabela do DER custa 22 centavos o m2, na proposta comercial 35 e as empresas contratam subempreiteira por oito centavos o m2.

Denunciamos que um pórtico metálico simples, sem as placas, que está a dois Km. do pedágio, pedindo atenção aos motoristas custa na proposta comercial a bagatela de 27 mil reais cada um.

Todos esses dados num xerox de documentos oficiais não saem da nossa boca, daí da proposta comercial apresentada pelas concessionárias ao DER, que tem o próprio timbre do DER, repito.

O Secretário de Transportes esteve aqui e nos fez rir. Chegou a dizer, no seu depoimento, que era "normal" esse valor, porque a empresa vai cuidar das estradas por 24 anos. Quem sabe um bueiro caia e desabe nesses 24 anos e ela vai ter que pagar.

Depois, viemos à tribuna, mostrando que tudo é pago através da tarifa, inclusive, existe seguro contra tumultos. Se caminhoneiros fizerem qualquer tumulto na praça de pedágio, quebrarem a praça - Deus o livre, o seguro paga.

Só de seguros as concessionárias recebem em 24 anos, 270 milhões de reais para pagar seguro contra raio, desabamento, tumulto e contra tudo o que possa imaginar.

Infelizmente, pude olhar em alguns jornais Deputados desta Casa dizendo que a oposição só fala, tem interesse político, e que não tinha nenhuma comprovação do que falava e por isso não assinava a CPI.

Ora, meu Deus, tudo que falei foi comprovado com documentos oficiais! Não falei uma vírgula sequer que não estivesse documentada fartamente. E passei isso aos Deputados e a toda imprensa do Paraná, e os dois jornais de Ponta Grossa, efetivamente o Jornal da Manhã e o Diário da Manhã, publicaram, na íntegra, a nossa denúncia, foram os únicos jornais do Paraná que publicaram a denúncia na íntegra, inclusive xerografando os documentos que apresentamos, com timbre do DER, documentos oficiais do Estado do Paraná.

Isso trouxe uma repercussão enorme em Ponta Grossa, o Presidente da Associação Comercial se manifestou, o Presidente da Federação da Indústria Ponta-grossense se manifestou, o Sindicato das Transportadoras. E nós começamos, com

esta denúncia, a mobilizar a sociedade dos campos gerais, mostrando o absurdo que é, uma verdadeira falcatura o faturamento, dessa forma, no pedágio das rodovias, e mesmo assim o Governador querendo aumentar em mais de 70% o valor do pedágio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a RODO-NORTE publica, no Jornal da Manhã, de 6ª feira, 23 de abril de 1999, 6ª feira passada, seu balanço, um relatório da diretoria, um balanço patrimonial de 31 de dezembro do ano passado, demonstração do resultado no período de 190 dias, findo, em reais, como a lei manda. E aí tivemos uma grande, uma enorme surpresa e queremos compartilhar esta surpresa com os demais Deputados, desta Casa, e com as pessoas que assistem esta Sessão plenária da Assembléia Legislativa do Paraná.

A RODONORTE demonstra que seu passivo, em 98, foi de 110 milhões de reais. Ou seja, ela recebeu 110 milhões de reais, gastou 110, e demonstra que teve um prejuízo no final do ano de 98 de 5 milhões de reais, aproximadamente. Prejuízo bruto, está aqui, 5 milhões, 444 mil, 946 reais. Agora passem os Srs. como é que a RODONORTE gastou o dinheiro que recebeu das tarifas? É uma coisa inacreditável, incrível! No balanço patrimonial ela coloca que tem um passivo de 121 milhões. Como é que ela gastou isso? Vejam bem, 121 milhões de passivo. Ela repassou este dinheiro para uma única empresa, escutem bem, Srs. Deputados. A RODO-NORTE, dos 121 milhões de passivo, repassou, para uma única empresa, chamada, Consórcio Construtor Vianorte, a bagatela de 104 milhões de reais. Ela diz que transferiu para a empresa Vianorte, 52 milhões de reais, de trabalhos iniciais, 26 milhões e quatrocentos de praças de pedágios, que eu falava em 28, na proposta comercial, ele economizou dinheiro público, de 28 milhões pagou apenas 26 milhões e 416 pela construção das praças de pedágio para a empresa Vianorte e fornecedores na mesma linha da Vianorte mais 26 milhões de reais. Repito, dos 121 milhões que ela gastou e recebeu de dinheiro público, através de tarifa, ou de empréstimo, seja lá o que for, que recebeu em 98, ela coloca no seu balanço que repassou para uma empresa somente, a Vianorte, 105 milhões de reais.

Temos que nos perguntar primeiro o seguinte, Srs. Deputados, esta empresa é uma empresa fantasma, Deputado Edgar Bueno? Senhor imagine um consórcio que pega um pedágio, no Paraná, e tudo que ele arrecada passa para outra empresa. E ainda alega ter um prejuízo de 5 milhões de reais. Ou seja, puro e simplesmente uma intermediária do dinheiro público. Pega o dinheiro do povo do Paraná com uma mão e com a outra paga para as chamadas empresas associadas, sociedades ligadas. Qual o sentido disso? Pois bem: isso aqui é uma pura e simples maquiagem de uma operação.

Pelo contrato, quem tem que prestar contas ao povo do Paraná, a Assembleia Legislativa e ao Governo é a RODONORTE - o seu balanço patrimonial analítico. Se ela pega todo o dinheiro que recebe e transfere para uma outra empresa, essa empresa fica protegida e não precisa prestar contas a ninguém. Talvez seja isso.

Em função deste pequeno detalhe, estamos apresentando hoje e esperamos ser aprovado por esta Casa, um requerimento ao Secretário de Transportes, exigindo a cópia do balanço analítico do ano de 98 à empresa VIANORTE - Sociedade ligada a RODONORTE e concessionárias de rodovias integradas S/A - cópia do contrato do consórcio da RODONORTE, com a empresa VIANORTE, para poder comprovar que tipo de obra e acerto existiu entre essas duas empresas. E a cópia do balanço analítico do ano de 98 à RODONORTE.

Para que possamos exercer com o mínimo de dignidade o nosso mandato, o mandato que nos foi conferido pelo povo do nosso Estado, pedimos aos Senhores Deputados que respeitem a cláusula pétrea da Constituição Federal que diz respeito ao direito à informação e respeite esse pedido de informação ao Secretário de Transportes. Caso contrário vamos ser obrigados a entrar mais uma vez na justiça para conseguir obter informações, que é um direito constitucional dado não só ao Deputado, mas ao cidadão brasileiro, já que o direito a informação e a publicidade da coisa pública é garantida pela constituição do País. Peço e rogo aos Senhores Deputados que aprovelem essa solicitação, não nos obrigando a entrar na justiça.

De outra forma, a equipe de engenheiros que contratamos está trabalhando, seu trabalho está avançado. Até o final desta semana, me deu certeza o engenheiro João Laroca, que é o coordenador da equipe, ele vai nos entregar o relatório assinado por engenheiros da mais alta competência técnica, mostrando quanto custa efetivamente o trabalho que a RODONORTE vai realizar durante os 24 anos de concessão. Mas posso adiantar alguns dados: "grama plantada em leiva, por metro quadrado - tabela do DER R\$1,36, proposta comercial da RODONORTE R\$3,34. Grama purido semeadura DER R\$ 1,25, RODONORTE R\$2,23. Sarjeta triangular de concreto, metro linear DER R\$14,52. RODONORTE, R\$23,39. Dreno profundo em solo, metro linear DER R\$ 34,36, proposta da concessionária R\$ 71,27. Brita graduada por metro cúbico DER 28,79. Proposta comercial da RODONORTE R\$ 51,35. Só neste item dá uma diferença de R\$ 53 milhões de reais de faturamento. A análise prévia feita pelos engenheiros demonstra que se a concessionária do lote 5 projeta um gasto em 24 anos de 1 bilhão e 200 milhões de reais mais ou menos, não tenho os dados exatos, ela vai gastar no máximo, Deputado Algaci

Túlio, 650 a 700 milhões de reais, pela análise técnica de engenheiros que vão assinar embaixo desse documento, pessoas da mais alta respeitabilidade técnica e social, só para essa empresa Lote nº 05 um superfaturamento monstruoso dessa dimensão.

Não faz mal repetir que a proposta comercial não é peça de ficção como quer o Secretário dos Transportes. Esta dita proposta comercial superfaturada consta no contrato, numa das cláusulas contratuais, que mostra que se houver divergências entre o Governo do Paraná e as Concessionárias, o Juiz vai analisar num dos itens para dirimir conflitos entre o Estado e as Concessionárias justamente a proposta comercial das Concessionárias, que está superfaturada em até 300, 400%.

Essa é a situação do negócio do pedágio. Daí porque o Sr. Jaime Lerner, pode falar o que falou na eleição - "baixo o pedágio 50% e se as empresas não quiserem, que abandonem". Quem fez o custo disso foi o DER e o Governo do Paraná que estabeleceu um custo para a concessão das rodovias. As concessionárias apenas para justificar o custo estabelecido por Estado, tiveram que mostrar a sua proposta para justificar onde é que iriam tirar esse dinheiro e no que iam gastar.

Por isso queria fazer um apelo ao Deputado Líder do PPB, que analise com carinho os dados que trazemos à população do nosso Estado. É tudo documentado, temos vários discursos que podem ser lidos, taquigrafados na Assembleia, documentos oficiais com timbre do DER, o Deputado Tony Garcia que assine a Comissão Parlamentar de Inquérito, conosco. Faltam apenas duas ou três assinaturas. E assim podemos com transparência legislar em favor do nosso Estado, a favor do nosso povo. E resolver de uma vez por todas esse conflito que se diz existir entre o Governo e concessionárias.

Tenho certeza que se assinarmos a CPI nesse momento, vamos resolver de uma vez por todas a questão da concessão das Rodovias e vamos ter um pedágio justo.

Concedo o aparte ao Deputado Hermes.

O SR. HERMES FONSECA

Diferentemente do que está acontecendo no Paraná, o informe do Paraná Cooperativo do dia 23, traz aqui: "Pedágio baixa no Rio Grande do Sul".

O Governo do Rio Grande do Sul, decidiu baixar o preço do pedágio, cobrar dos motoristas de automóveis e utilitários em geral: Pergunto a Vossa Excelência que está se aprofundando nessa questão, se isto não serve de exemplo para inverter as intenções no Paraná, não só do Governo, mas daqueles Deputados que defendem o aumento do pedágio aqui nessa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO

Muito obrigado, Deputado, Hermes. Isso demonstra as diferenças que existem entre Governos comprometidos com a maioria da população e Governos que transformam a chamada acumulação predatória do Capital, em seu objetivo estratégico, em seu objetivo principal.

Temos esperança que não seja assim no Paraná. E essa esperança está colocada nas mãos dos Deputados dessa Assembléia, que se assinarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, serão os responsáveis pela resolução definitiva dessa problemática em nosso Estado, e para que o nosso povo tenha um pouco de esperança e fé nos homens públicos que ajudou a eleger.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, vamos começar amanhã uma grande campanha de vacinação contra a febre aftosa, um trabalho importante para de vez podermos erradicar essa doença em nossos rebanhos.

Essa imunização, é necessária é oportuna e temos certeza de que o sucesso dela, vai fazer com que nós paranaenses sejamos inseridos no mercado internacional.

Hoje o Paraná exporta em torno de 20 mil toneladas de carne por ano, fazendo um faturamento na ordem de 24 milhões de dólares.

Se conseguirmos após a sorologia a liberação dos nossos rebanhos para a exportação, temos chances de atingir de 200 á 300 mil toneladas de exportação de carne, dando um faturamento em torno de 370 milhões de dólares, entre carne bovina carne suína.

Agora, Senhor Presidente e nobres Pares, estamos aqui preocupados com um detalhe em outubro de 1998, o preço da vacina contra aftosa, foi me comercializada a 0,32 centavos a dose. E a carne, a tonelada era comercializada a 23 dólares a arroba, hoje. Amanhã começamos esta vacinação.

O preço da vacina subiu para 0,65 centavos, portanto, mais de 100% subiu a dose da vacina, enquanto que a arroba do boi caiu para 17 dólares a arroba, ou seja menos 35%.

Vejam os senhores que não dá para entender a aritmética dessa gente que vende esses produtos agropecuários.

Se existe aí a justificativa de que o dólar aumentou. Na realidade o dólar aumentou quanto?

O dólar não passa de 330% em outubro estava, 1,18. Hoje está 1.75, 1.70.

Então de 30% que houve aumento no dólar, aumento cambial estão taxando a dose da vacina em mais de 100%.

Faço aqui um apelo ao Antonio Coloni, o nosso Secretário da Agricultura, ao PROCON do Paraná, para que possamos estudar uma forma de reverter, de coibir esses abusos, porque existe uma preocupação muito grande de que uma boa parte do pessoal da pecuária, que hoje a nossa Região Noroeste responde por mais de 25% do rebanho do Paraná, deixe de fazer a vacinação da febre aftosa, porque não tem condições.

Houve um recuo de 35% no preço da arroba, e houve um aumento de 100% na venda da dose da vacina para febre aftosa.

É a nossa preocupação, Senhor Presidente, porque o Paraná com nove e meio milhões de cabeças de gado, pode ficar mais um ano amargando aí, perdendo essa chance de ter a sua carne liberada para venda, para a europa, para os Estados Unidos.

Porque se não combatermos a febre aftosa, se não fizermos uma vacinação maciça, nós não vamos conseguir erradicar por vez essa doença terrível que fez com que ficássemos aleijados do resto do mundo no mercado internacional da carne.

Então é preocupante, vejam os Senhores, de 0,32 para 0,65, é um abuso e temos que combater isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente. Passa-se ao Horário das Lideranças:

PL, PSDB, PMDB, PT, PFL, PSB, PTB, PPB, PSC, PDT e Liderança do Governo.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente apenas para justificar a ausência do Líder do Governo que se deslocou até União da Vitória onde foi a um sepultamento de um amigo seu, empresário daquela cidade. Apenas esse registro para que os Pares tenham conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Registrado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, estou representando o nosso Líder nesta Sessão.

Faço as honras do Líder.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 003/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre os recursos mencionados na Lei nº 12.418, de 15.01.99 (Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza). **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99).**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/99, autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Criança Neurológica - APAMCRIN, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Carlópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Tapejara. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 149/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Tapejara.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 149/99

O artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tapejara, com sede e foro no Município de Tapejara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Presidente

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 152/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 152/99

O artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Solar - ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 159/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Ivaí - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cristo Rei no Município de Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 160/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cristo Rei no Município de Ivaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 160/99

Exclua-se a expressão "Estadual", assim como a expressão "Estado do Paraná" do art. 1º do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Nosso Lar, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO LEI Nº 161/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Albergue Noturno Nosso Lar, com sede e foro no Município de Loanda, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6997/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Item 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória - GAPER, com sede e foro no Município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 164/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo de Apoio do Programa de Educação Respiratória - GAPER, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 627 a 631, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 632 a 634, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 635 a 638, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 641, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 642 a 646, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 647 a 651, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 653 a 656, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 652, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, com apoio do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem)

A Mesa registra com satisfação a presença da Vereadora de Londrina, companheira Elza Correia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está devidamente registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 043, 045, 048, 072 e 075/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 149, 152, 159, 160, 161 e 164/99.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA -14ª LEGISLATURA
4ª ATA ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Hermas Brandão, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Antonio Belinati, Nereu Moura, Beto Richa, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Cesar Seleme e mais os Deputado Orlando Pessuti, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Chico Noroeste. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 008/99 de autoria do Deputado Sérgio Spada. O Deputado Cesar Seleme REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 02) Projeto de Lei nº 063/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 052/99 de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 088/99 de autoria do Deputado Beto Richa. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Moysés Leônidas; 05) Projeto de Lei nº 043/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Marcos Isfer ÀS EMENDAS, apresentando subemenda à Emenda nº 05 - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura e Hermes Fonseca; 06) Projeto de Lei nº 093/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APRO-

VADO; 07) Projeto de Lei nº 021/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 053/99 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 100/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 045/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 143/99 de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 113/99 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 146/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 151/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - na forma da emenda anexa. APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 076/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 145/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 108/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Antonio Carlos Belinati. O Deputado Orlando Pessuti solicita cópia 18) Projeto de Lei nº 042/99 de autoria do Deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa. APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 079/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 114/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 112/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati, na forma do substitutivo geral anexo - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 087/99, de autoria do Deputado Beto Richa. O Deputado Antonio Belinati REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO. 23) Projeto de Lei nº 059/99, de autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 24) Projeto de Lei nº 068/99, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 089/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do Deputado Beto Richa. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Cesar Seleme; 27) Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 092/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 095/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 001/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma do substitutivo geral anexo - REJEITADO. O Presidente designará novo Relator; 32) Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 074/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 118/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 067/99, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 140/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 048/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Assinaturas ilegíveis